



SES
Secretaria de Estado
da Saúde



COSEMS GO



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB

RESUMO EXECUTIVO DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB – DO ANO DE 2021

GOIÂNIA, 24 DE JUNHO DE 2021

PARTICIPANTES DO PLENÁRIO DA BIPARTITE:

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: Dr. Ismael Alexandrino – Secretário de Estado da Saúde; Dra. Flúvia Amorim – Superintendente da SUVISA.

COSEMS: Verônica Savatin Wottrich – SMS Chapadão do Céu; Dr. Douglas Alves de Oliveira – SMS de Jandaia; Andreia Abbes – SMS São João D'Aliança; Guilherme Davi da Silva – SMS Itumbiara; Carlos Rodrigues Galvão Júnior – SMS Itaberaí; Josimar Nogueira Alves – SMS de Uruaçu.

1. ABERTURA DOS TRABALHOS:

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário de Estado da Saúde e Dra. Verônica Savatin Wottrich – Presidente do COSEMS iniciaram a reunião.

2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO:

2.1) Estratégia de vacinação no Estado de Goiás. (SES/COSEMS)

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário de Estado da Saúde - disse que para um primeiro momento entende que os grupos vulneráveis, do ponto de vista de saúde individual, foram contemplados, que são: os idosos, os extremos idosos e alguns grupos específicos com doenças hematológicas de síndrome metabólicas como: hipertensão, diabetes e etc. Afirmou que chegou o momento que a vacina precisa exercer o seu papel coletivo e não individual, que neste momento o papel coletivo é vacinar quem está na rua, quem está transitando, quem está com mais vulnerabilidade de contato e não de possibilidade de agravar a doença, mudando assim um pouco as perspectivas e tendo que dar celeridade a vacinação. Disse que tem percebido que tem municípios com 88% de cobertura vacinal, pelos dados do IBGE, mas também tem municípios com 28% e isto tem trazido muitas preocupações. Falou que ninguém conhece mais o município do que os gestores municipais e ele tem recebido pessoas pedindo a inserção de outros grupos, acontecendo de alguns municípios terem este grupo e outros não, assim a proposta é dar um nível de liberdade para os municípios definirem grupos logísticos de vacinação, pois, não é mais grupo prioritário, do ponto de vista de saúde, mas sim de logística, de saber se tem ou não. Exemplificou que tem local que tem presídio e tem juiz e promotor fazendo perícia in loco, já em outros municípios não tem. O Estado está com 180 municípios com coberturas abaixo de 50%, o ideal é chegar a 100%, descendo por idade. Ressaltou que sua proposta, a qual a Dra. Flúvia e a Dra. Luciana concordam também, é de que tenha até 10% de governança do município para que o gestor possa definir o grupo específico, evitando falar em grupo prioritário, uma vez que a estratégia é individual do município, e 90% descer por idade, deixando claro para a poluição que os 10% vai utilizar para aquele grupo, citando como exemplo: mães que estão amamentando, evitando de adquirir a doença e passar para a criança, entretanto, as lactantes não estão incluídos, mas se no município o quantitativo de lactantes é expressivo e é uma população muito jovem, dentro destes 10% o gestor poderá vacinar. Assim oferece uma liberdade para o município (para o gestor municipal) escolher, deliberar e ter a governança, porque os

municípios são diferentes, são 246 municípios com características diferentes. Disse que é inegável a importância até agora da decisão de assegurar 30% para os grupos prioritários do Plano Nacional de Imunização (PNI) e 70% descer por idade, o que acelerou, só que ainda tem municípios com doses paradas na geladeira e o Estado não quer isto. Então, a proposta, tendo em vista a maioria, baseado nas orientações da CIT, que diz: “quando terminar os grupos ou desacelerar os grupos prioritários”, isto é, quando diminuir a demanda possibilita que a CIB, de forma muito tranquila e confortável, delibere sobre isto, uma vez que, de fato, tem diminuído. Reiterou que a proposta é dar mais liberdade para que o município escolha a população que deve receber até 10% das vacinas e se ele quiser seguir *ipsis litteris* o grupo prioritário do PNI, caso ele não tenha terminado ainda, ele poderá seguir, mas se achar que precisa incluir lactantes ele poderá incluir, ou se ele tiver um outro grupo específico também poderá incluir dentro destes 10% e 90% descerá por idade, entretanto se não tiver nenhum grupo específico poderá colocar 100% para descer por idade.

Dra. Verônica Savatin Wottrich – Presidente do COSEMS disse que já havia conversado no grupo e que era consenso da Diretoria do COSEMS, mas colocou a ressalva de que desde que tenha terminado de vacinar, pelo menos, os professores, pois alguns municípios não conseguiram ainda terminar de vacinar estes profissionais, mas logo que tiver encerrado o grupo dos professores o município terá autonomia dentro destes 10%. Afirmou que da parte do COSEMS estava tranquilo, já poderia e emitir a resolução desta reunião CIB de mesa com a diretoria.

Dra. Marília Cláudia Carvalhais Teixeira – Assessora Jurídica do COSEMS esclareceu que CIB é paritária, então embora ela seja de mesa teria que estar presente também pessoas da Secretaria de Estado, e não apenas o seu chefe maior.

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário de Estado da Saúde disse que convocaria a Dra. Flúvia, até mesmo porque ela ia mesmo participar, mas como ela tinha outra reunião não pode.

Dra. Marília Cláudia Carvalhais Teixeira – Assessora Jurídica do COSEMS afirmou que é importante para dar legitimidade.

Dr. Douglas Alves de Oliveira – SMS de Jandaia falou que com relação a decisão dos assuntos da reunião, com exceção de trabalhadores da saúde e comorbidades, o restante eles já queriam descer por idade, pois haverá um grande ganho com isto, pois é um modelo que todos os países que tiveram mais sucesso seguiram. Disse que com relação a nova divisão de doses com os municípios expôs duas preocupações específicas: uma é de que a lógica de distribuição se perpetue.

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário de Estado da Saúde esclareceu que o que o Dr. Douglas colocou é pertinente, mas já está no radar das orientações, a ideia é só até equalizar e logo após repactua com distribuição proporcional. Sugeriu que nesta Resolução que sair hoje normatizando esta questão do “até 10%” e “90%” já pode deixar claro que quando equalizar voltará a fazer a divisão proporcional.

Dr. Douglas Alves de Oliveira – SMS de Jandaia esclareceu que seu medo era de que virasse uma política permanente. Disse que as pirâmides etárias não são iguais, porque em municípios pequenos há muito mais idosos demorando mais tempo para descer para outras faixas etárias. Expôs que no município de Jandaia, como eles receberam poucas doses, ele ainda estava vacinado 52 anos, enquanto que seus dois vizinhos já estavam vacinando 45 anos, criando assim um turismo de vacina muito grande, se isto continuar a distância será cada vez maior.

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário de Estado da Saúde explicou que tudo vai se organizando quase que organicamente, porque o próprio turismo de vacina retarda o outro município, ressaltando que não é o que se quer, mas é importante estar sempre dialogando para corrigir as distorções, pois se deixar solto, se organiza sem a regra.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente da SUVISA respondeu ao Dr. Douglas esclarecendo que

a distribuição que está sendo feita das doses da vacina é proporcional a população dos municípios acima de 15 anos geral, explicando que se o município tem tantos por cento em relação a população do Estado, será esta a quantidade de doses que receberá, justamente para equalizar isto. Disse que em relação a proposta que o Dr. Ismael colocou de 90% da população geral e até 10%, de acordo com a gestão do município, a primeira questão é que para ter impacto precisa vacinar o maior número de pessoas em menor tempo possível. Colocou que quanto mais rápido vacinar a população, mais rápido terão impacto e isso também vem facilitar outras prioridades da vacinação. Falou que vários municípios colocaram isso na última Assembleia, que estava tendo dificuldade com alguns grupos, então isso vem justamente para facilitar, que precisam vacinar o maior número de pessoas. Pontuou que esperam que com isso avancem mais na vacinação com menos obstáculo possível.

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário de Estado da Saúde colocou que precisam melhorar o texto, incluindo as duas questões faladas pela Dra. Flúvia, especialmente nos “Considerando” até para o Ministério Público depois não ficar indagando.

Dra. Verônica Savatin Wottrich – Presidente do COSEMS perguntou para Dra. Flúvia se ela conseguia repassar para eles desta mesma forma a escrita para que a Dra. Jaqueline verificasse com a Lirce a elaboração da Resolução.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente da SUVISA disse que essa parte do texto passaria pelo Whatsapp.

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário Estadual de Saúde pediu para a Dra. Flúvia minutar toda a Resolução, porque seria somente dois Considerandos a mais e a Resolução propriamente dita.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente da SUVISA disse que colocará para Dra. Jaqueline, pois os Considerandos iniciais ela já tem.

Dra. Verônica Savatin Wottrich – Presidente do COSEMS disse que já tinha, pois já havia feito nas outras Resoluções sobre distribuição e da parte que o Dr. Ismael havia colocado eles formatarão.

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário Estadual de Saúde disse que passaria para Comunicação informar isto, porque é um ganho muito grande e pediu para a Dra. Verônica que antes dela assinar deixasse ele dar uma lida no texto para verificar se tem algum detalhe.

Dra. Verônica Savatin Wottrich – Presidente do COSEMS colocou que em relação a isto, talvez terão que fazer uma ligeira alteração na outra Resolução que foi feita sobre o Nivelamento das Doses.

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário Estadual de Saúde disse que seria somente a questão de português.

Dra. Verônica Savatin Wottrich – Presidente do COSEMS disse que havia corrigido e a Sra. Lirce havia colocado no Sei e eles haviam assinado.

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário Estadual de Saúde reiterou que o foco é vacinar o maior número de pessoas possível com o menor tempo possível para que não fique vacinas paradas nas geladeiras, dando acesso à população e que “até 10%” o município que queira deliberar sobre algum grupo específico sobre a sua cidade pode fazer e que pelo menos 90% dê essa oportunidade, mas se o município quer abrir mão também pode fazer. Ressaltou que isto é para esta fase e que no ano que vem (2022) será outra conversa. Pontuou que o Dr. Douglas sugeriu que façam isto também para a vacina de Influenza e as demais. Disse que falou com o Ministro para pensar uma estratégia para outras vacinas, pediu para que façam uma Campanha Nacional de Pólio e outras, porque a cobertura está muito baixa e precisam incentivar, inclusive, acha que de Influenza tem que ser urgente, precisam fazer algo.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente da SUVISA concordou que podem fazer assim.

Dra. Verônica Savatin Wottrich – Presidente do COSEMS pediu para o Secretário compartilhar que o Estado de Goiás havia aderido ao Dia D da Vacinação da Influenza, pactuaram isto na última reunião da CIB.

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário Estadual de Saúde disse que o item estava pactuado, pediu para Dra. Jaqueline enviar a Resolução para ele conferir antes de colocar no SEI.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente da SUVISA falou que com relação a Influenza, discutiram com o PNI a questão dos grupos, sendo preciso avaliar também a questão dos grupos para Influenza, para facilitar o acesso e não ficar com vacina parada.

Dra. Verônica Savatin Wottrich – Presidente do COSEMS perguntou se as vacinas estavam chegando.

Dra. Flúvia Amorim – Superintendente da SUVISA respondeu que estava na Rede de Frio e que o caminhão já estava chegando.

Dr. Ismael Alexandrino – Secretário Estadual de Saúde colocou que as 00:05 horas chegaria mais doses, e que este é um bom horário. Encerrou a reunião deixando um abraço para todos.

Encaminhamento: Pactuado

OBS: A REUNIÃO FOI REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA